



IDENTIDADE, IDENTIDADES: Uma perspectiva geográfica

IDENTITY, IDENTITIES: A geographical perspective

Juliano Rosa Gonçalves – IFB – Brasília – Distrito Federal – Brasil
juliano.goncalves@ifb.edu.br

Marília Luiza Peluso – UnB – Brasília – Distrito Federal – Brasil
peluso177@gmail.com

RESUMO

A identidade é um conceito consagrado há bastante tempo nas Ciências Sociais. Do essencialismo ao construtivismo, teóricos construíram explicações para a identidade no cenário de virada da modernidade para a assim chamada pós-modernidade. Na Geografia, a perspectiva aberta por conceitos-chave mobilizados por essa ciência, como espaço, território, lugar e paisagem, tem permitido um privilegiado olhar sobre a formação da identidade. Propõe-se aqui revisitar as principais concepções propostas. A análise apresentada é de cunho qualitativo e realizada com base em pesquisa bibliográfica. Os resultados apontam para a importância da análise geográfica nesse contexto. O acelerado processo de globalização nas últimas décadas implicou na revalorização do espaço e no redimensionamento de sua importância para a constituição das identidades.

Palavras-chave: identidade; identidade territorial; território.

ABSTRACT

Identity is an established concept in social sciences. From essentialism to constructivism thinking, theorists have conceived explanations for identity in a scenery shaped by the turn from modernity to the so-called post-modernity. The perspective opened by the key-concepts used in geography such as space, territory, location, and landscape has enabled a privileged approach in the formation of identity. The paper suggests revisiting the main conceptions proposed. It is a qualitative analysis, and we carried it out based on bibliographical research. The results have pointed out the importance of a geographical analysis in this context. In recent decades, the fast process of globalization implied in the revaluation of space and resizing of its importance in the formation of identities.

Keywords: identity; territorial identity; territory.

INTRODUÇÃO

*Preciso ser um outro
para ser eu mesmo*

[...]

*Existo onde me desconheço
aguardando pelo meu passado
ansiando a esperança do futuro*

*No mundo que combato morro
no mundo por que luto nasço*

Mia Couto

Mia Couto é um premiado escritor moçambicano. Em suas obras apresenta “repertório temático incidente sobre identidades culturais híbridas” (PETROV, 2014, p. 13) e revela também a condição da identidade migrante sempre em trânsito. As narrativas de Mia Couto caracterizam-se, sobretudo, por um “sentimento de pertencimento, uma sensação de natureza compartilhada, de unidade plural, que possibilita e dá forma e consistência a própria existência” (GOMES, 2012, p. 60). Em um mundo marcado pelos intensos fluxos culturais, não é fortuito o aparecimento da identidade enquanto um discurso frequente.

Com efeito, o debate sobre a identidade tornou-se crescente desde os anos 1970. O aprofundamento da dialética entre a globalização e o fortalecimento de identidades locais tem, de certa maneira, recondicionado essa discussão. Se, a princípio, o conceito de identidade era compreendido enquanto um núcleo duro, estático, hermético, com significados mais ou menos consensuais, formadoras do que Hall (2011) denomina de “sujeito iluminista”, hoje, a concepção majoritária reconhece-no em condição essencialmente fluida. Internamente, a identidade é constituída por tensões propiciadas por interesses divergentes, dos quais, em movimento, produzem uma configuração identitária em constante devir.

As identidades, como já alertava Haesbaert (1999), são, antes de tudo, sociais. Como se manifesta, então, em sua perspectiva espacial? De que maneira as identidades

se espacializam? Como se constitui uma identidade territorial? De que forma as novas territorialidades impactam as identidades contemporâneas?

Para equacionar essas questões, recorreu-se a uma análise de cunho qualitativo e realizada com base em pesquisa bibliográfica, tendo como referências centrais os sociólogos Zygmunt Bauman e Stuart Hall e, na Geografia, Rogerio Haesbaert e Paulo César da Costa Gomes.

De início, é necessário apresentar, mesmo que sucintamente, o conceito de identidade, o que corresponde à primeira seção do artigo. A segunda e a terceira seção abordam, em breve revisão teórica, a configuração da identidade moderna e pós-moderna, respectivamente. Já a quarta seção trata especificamente da discussão sobre identidade na geografia, por meio da identidade territorial e, por fim, a quinta seção apresenta o conceito da identidade territorial aplicada às cidades.

Identidade, o conceito

É evidente que a espacialidade contemporânea, caracterizada pela mundialização das técnicas, tem deixado marcas profundas na constituição da identidade. Não é acidental, reforça Maffesoli (2011, p. 22), “o regresso em força, nos diversos discursos sociais, de termos como ‘país’, ‘território’, ‘espaço’, coisas essas que remetem para um sentimento de pertença reforçado, para a partilha emocional.”

Na identidade territorial, em específico, o aumento dos fluxos (de pessoas, de informações e de artefatos culturais) tem proporcionado significativo impacto, propendendo cada vez mais a uma hibridização cultural. A cosmopolitização do mundo, mesmo no que pese a recusa, às vezes violenta, de diferentes grupos sociais, é um fenômeno progressivo.

Na discussão que segue são apresentados os conceitos de identidade e identidade territorial. Se, inicialmente, é possível fazer referência à identidade enquanto um conceito que visa, sobretudo, dar coesão ao discurso sobre o que e quem somos, sua constituição, ao longo dos anos, passa de uma versão essencialista (tida como um fato dado), em sua condição moderna, iluminista, para uma versão construtivista (identidade

enquanto uma construção sobretudo relacional). Não é possível furtar-se, portanto, da complexa discussão sobre a crise da modernidade atual.

Nesse sentido, a fluidez caracteriza o momento atual, marcado pela insegurança, mobilidade, incerteza. A solidez da modernidade é posta em xeque e a identidade, fonte de segurança, sofre rachaduras. Tais identidades em trânsito, líquidas, como se verá, são de muita importância para esclarecimento das identidades territoriais atuais. É no processo de territorialização que as identidades se reafirmam e se fortalecem.

Já há alguns anos o conceito de identidade tem sido amplamente discutido, a reboque das teorizações sobre as consequências da globalização. Se, antes, as reflexões sobre a identidade restringiam-se ao campo da Filosofia e Psicologia, agora elas estão em visibilidade nas ciências humanas em geral (BAUMAN, 2005). Uma explicação para a emergência desse conceito nos tempos atuais, é que, segundo Bauman (2003, p. 20) a identidade tem se tornado “a substituta da comunidade: do ‘lar supostamente natural’ ou do círculo que permanece aconchegante por mais frios que sejam os ventos lá fora”, explicitando a necessidade do indivíduo em estar ancorado no reconhecimento de si e de sua relação com a coletividade que o cerca.

Uma das principais conquistas da intensificação desse debate foi qualificar o conceito de identidade como um constructo social (RAJAGOPALAN, 2002). Abandonou-se progressivamente o conceito de identidade em sua perspectiva essencialista (a identidade enquanto fruto de uma tradição estável, duradoura, unificada e conservada por longos anos) por outra, não-essencialista (a identidade como uma construção fluida, em disputa, incompleta).

A perspectiva essencialista percebe no âmago da identidade uma substância imutável, reconhecida em todos aqueles que a compartilham. Essa substância imutável, a essência, serve de referência de agrupamento, um marcador, uma categoria. Assim, “o essencialismo postula que estas categorias têm uma existência real: são essas categorias que garantem a permanência dos seres, sua mesmidade” (DUBAR, 2006, p. 8). A brasilidade, por exemplo, teria em si um conjunto de características atemporais e reconhecíveis em todos os brasileiros.

Do lado oposto, a perspectiva não essencialista firma-se nos efeitos do movimento, da construção constante, do estado de permanente relação. A identidade passa a ser vista como um conceito relacional, não mais absoluto. É relacional porque se forma em função do Outro, isto é, a identidade existe porque reconhece a existência de um Outro, diferente, de fora, distinguindo-se “por aquilo que ela não é” (WOODWARD, 2011, p. 9). A brasilidade, para recuperar o exemplo anterior, é compreendida aqui com características contingenciais que marcam o “ser brasileiro”, possível apenas na medida que existe o “paraguaio”, o “português”, etc.

É nesse sentido também que Hall (2011) reconhece o caráter excludente da identidade, uma vez que, ao processar a identificação, esboça-se também os limites que separam os “de dentro” em relação aos “de fora”. Invocar a diferença é fundamental para que a identidade seja forjada. Havendo a diferença, há a identidade, ou, como quer Silva (2011, p. 75), “em um mundo imaginário totalmente homogêneo [...] as afirmações de identidade não fariam sentido”. Mais que isso: é no processo de construção da identidade que a diferença é produzida, em concomitadamente.

Nesse processo, diferentes atores disputam simbolicamente os sentidos da identidade. Essa marcação simbólica – a qual recorrem a diferentes narrativas, como a um “mito fundador” (CHAUÍ, 2000) ou “narrativas da gênese” (BAUMAN, 2003) – confere significados de referência para a constituição da identidade. Assim, a identidade “é um ato de poder. As identidades são construídas no interior do jogo do poder e da exclusão. Não são naturais, mas definidas em lutas históricas” (REIS, 2006, p. 12).

A hegemonia de um conceito de identidade – e da identidade em si – pressupõe o reconhecimento de um grupo vencedor na imposição de seus anseios. Distante da ideia de um todo homogêneo, a identidade, ao se afirmar, tem “à sua margem, um excesso, algo mais” (HALL, 2011, p. 110). Suas margens a pressionam, possibilitando choques, intrusões, crises e reformulações contínuas, em frequente processo de desestabilização.

É possível, segundo Lash e Friedman (1992), periodizar a identidade em três fases principais. Na primeira delas, a pré-moderna, a identidade é “externamente determinada” em função, por exemplo, de laços consanguíneos ou da participação em

uma tradição religiosa, como nas relações travadas em sociedades tribais. Na identidade moderna, por sua vez, diminui-se a sujeição do indivíduo a determinações externas. Diminuindo-se o papel do Estado absolutista e da religião no controle dos indivíduos, a identidade moderna vê-se mais autônoma, mais livre. Já nas identidades pós-modernas (ou modernas líquidas), o foco, que anteriormente na modernidade estava na esfera da produção, passa agora para o consumo e o lazer. Para esse artigo, entretanto, o foco está nas duas últimas fases, mais intimamente relacionadas com as atuais discussões sobre a identidade na Geografia.

Identidade moderna

A Idade Moderna representou, na história da civilização ocidental, a afirmação da racionalidade e do antropocentrismo como valores substitutivos à fé e ao teocentrismo no eixo da vida social. O homem via-se cada vez menos preso às explicações religiosas e, de certa maneira, a razão científica fortaleceu-se em oposição às ideias metafísicas. O homem é trazido para o centro da reflexão. Então, se, para a identidade pré-moderna, o nascimento do indivíduo é o marco fundador da identidade, na modernidade é a biografia que toma o papel central. Para ser burguês, exemplifica Bauman (2005), não basta nascer na burguesia; é necessário viver como burguês. A solidez da identidade, nesse caso, era garantida por regras claras, por uma trajetória sem sobressaltos e por segurança em si e nos outros, representada pela confiança na sociedade e em suas tramas urdidas.

Ao considerar, como faz Giddens (2002), que a modernidade produziu distintas formas sociais – das quais o Estado-Nação é uma das mais importantes – é possível indicar, entre elas, a identidade nacional. Assim, quando a identidade nacional apela para um todo unitário, homogêneo, atua no sentido de “despojar os ‘outros’ de sua ‘alteridade’: torná-los indistinguíveis do resto do corpo da nação, digeri-los completamente e dissolver sua idiossincrasia no composto uniforme da identidade nacional” (BAUMAN, 2003, p. 85). A lealdade à tribo ou à religião, típica de uma identidade pré-moderna, passa a ser tributada agora à nação.

Para Hall (2011), a identidade transitou, na modernidade, de um núcleo iluminista para um outro, de caráter sociológico. A identidade iluminista era centrada no indivíduo enquanto uma entidade coesa, o “sujeito-da-razão”. Entretanto, à medida que a sociedade torna-se mais complexa, uma concepção mais social aparece para o sujeito. Como uma comunidade imaginada, o indivíduo se irmanará a milhares de outros, mesmo jamais os conhecendo, de maneira que “na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão” (ANDERSON, 2005, p. 25).

Evidentemente, a ideia de que a nação representa uma unidade indivisível já foi há muito questionada. A raça, que seria um elemento pioneiro para legitimar uma nação, mostrou-se demasiadamente frágil - e contestada mesmo no século XIX, quando Renan (2006)¹ limitou, em virulenta crítica, a capacidade da etnografia fundamentar uma nação pelo viés racial. Na transição do século XIX para o século XX operou-se uma transferência da centralidade da raça para a cultura nas discussões sobre o delinear de uma nação. A cultura seria, agora, um conjunto de práticas que, ao diferenciarem povos, sustentaria uma identidade. A unidade identitária, mesmo assim, ainda continuaria sob o signo da fragilidade. Culturas são silenciadas para que outras emergjam como hegemônicas.

Entretanto, se, na pouca mobilidade espacial anterior ao século XX, a unidade harmônica de uma identidade é posta em xeque, o trânsito intenso de fluxos no mundo, principalmente a partir do final da II Guerra Mundial, sinalizou ainda mais fraturas no conceito de identidade. A revolução nos meios de comunicação, especialmente com o avanço da internet, proporcionou uma integração intensa entre diversos lugares do planeta. Hall (2006) aponta, como consequência desse processo, três possibilidades: (1)

¹ O texto de Renan é a transcrição de uma conferência realizada em Sorbonne, na França, em 1882. Sua análise é um petardo nas discussões raciais que, infelizmente, fomentaram identidades nacionais ao ponto de promoverem genocídio e destruição em massa – como ocorreu na II Grande Guerra. À frente de seu tempo, Renan (2006, p. 11) assegura que “a consideração etnográfica não contribuiu, então, para nada na constituição das nações modernas. A França é céltica, ibérica e germânica. A Alemanha é germânica, céltica e eslava. A Itália é o país onde a etnografia é a mais embaraçada. Gauleses, etruscos, pelasgos, gregos, sem falar de muitos outros elementos, aí se cruzam em uma indecifrável mistura. As ilhas britânicas, em seu conjunto, oferecem uma mistura de sangue céltico e germânico cujas proporções são singularmente difíceis de definir. A verdade é que não há raça pura e que fazer repousar a política sobre a análise etnográfica é fazê-la exprimir-se sobre uma quimera. Os mais nobres países, a Inglaterra, a França, a Itália, são aqueles onde o sangue é o mais misturado. A Alemanha representa, a esse respeito, uma exceção? Ela é um país germânico puro? Que ilusão! Todo o sul foi gaulês. Todo o leste, a partir do Elba, é eslavo. ”

fragilização das identidades nacionais, (2) identidades locais (e mesmo algumas nacionais) se reforçam como resistência a globalização e (3) a emergência de novas identidades, híbridas, em substituição às identidades nacionais. É nesse contexto que emerge e se populariza o conceito baumaniano de identidade líquida.

Características de uma identidade líquida?

A identidade não é uma entidade estática: essa talvez seja a primeira aproximação conceitual necessária. A rica produção simbólica e de trocas que há no interior de uma sociedade fomenta a constante estruturação da identidade, movendo-a continuamente em diferentes direções e significados.

Em tempos de alta fluidez de informações, de contatos culturais motivados pela maior interconexão planetária, as culturas tendem a se apropriar de outros elementos com mais rapidez, assim também como podem, em função da reação às influências externas, recriarem-se com olhos voltados ao passado. Se é difícil “impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural”, conforme anota Hall (2006, p. 74), também é honesto reconhecer que, para além do nivelamento das identidades, o mundo assiste esforços, às vezes truculentos, em manter aparentemente estáveis as identidades, como são demonstrados pelo crescimento da xenofobia e fortalecimento de ideologias nacionalistas, especialmente em países capitalistas centrais. Assim, “ao invés de pensar no global como substituindo o local, seria mais acurado pensar numa nova articulação entre o global e o local” (HALL, 2006, p. 77).

Celebra-se, aqui, a “identidade-em-movimento”, cambiante, móvel. É, por essa razão, entendida numa perspectiva “construtivista” (HALL, 2006) ou “existencialista” - porque “não existem essências, mas sim existências contingentes” (DUBAR, 2006, p. 9). As “existências contingentes” operam em dois movimentos: diferenciação, processo para distinguir “nós” dos “outros”, e generalização, que atua no processo de buscar aquilo que é comum, partilhado.

Na construção da identidade, dois processos atuam concomitantemente: a identificação atribuída e a identificação reivindicada (DUBAR, 2006). A identificação

atribuída é aquela que nos é dada, pela qual somos reconhecidos. É uma identidade para o outro. Na identificação reivindicada, por sua vez, trata-se das aspirações, dos desejos, de como queremos ser vistos. É uma identidade para si, que invoca o pertencimento. Ambas as identificações são resultantes de processos sociais; entretanto, a identificação atribuída tende a ser mais essencialista. É nesse cenário de tensão que a identidade é constituída; tensão que, em tempos de globalização, recrudesce.

Os efeitos da globalização na contemporaneidade têm atraído a atenção de inúmeros pesquisadores. Embora as perspectivas variem em maior ou menor grau, autores chegam a diferentes conceitos da atual fase da história em função de abordagens também diferenciadas. Assim, ao lado da mais recorrente “pós-modernidade” aparecem “modernidade radicalizada”, “modernidade tardia”, “alta modernidade”, “modernidade reflexiva” (GIDDENS, 1991; GIDDENS, 2002), “modernidade líquida” (BAUMAN, 2001), “hipermodernidade” (LIPOVETSKY, 2004), entre outros. Em comum, os conceitos apresentam uma proposta analítica de compreender a crise da modernidade e o cenário atual.

A crise da modernidade, portanto, parece ser consensual, mesmo para aqueles que consideram a pós-modernidade uma ilusão. Giddens (1991, p. 12), por exemplo, ressalta que “não basta meramente inventar novos termos” para esses novos tempos. Para o sociólogo inglês, ao contrário de sugerir o fim da modernidade, o atual período indica “que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes” (GIDDENS, 1991, p. 13). Por essa razão, Giddens (1991) prefere “modernidade radicalizada”, apontando para o aprofundamento das características da modernidade. Em outro momento, Giddens (2002), para evitar o termo “pós-modernidade”, recorre a três conceitos (modernidade tardia, modernidade reflexiva e alta modernidade) com sentidos muito aproximados daquele organizado em torno da “modernidade radicalizada”, e todos trazem à baila o caráter de enrobustecimento da natureza da modernidade – e não sua superação.

Lipovetsky (2004) também é cuidadoso ao usar o termo pós-modernidade. Para ele, havia uma modernidade limitada antes da “proclamação” da pós-modernidade e, agora, vivencia-se uma “modernidade consumada”, não havendo, portanto, nenhuma

possibilidade de superação da modernidade conforme o prefixo *pós* poderia indicar – e a discordância maior do filósofo francês é entorno dessa semântica, e não da fase, considerada por ele como a segunda em direção a hipermodernidade. A hipermodernidade, portanto, seria a terceira etapa da modernidade. Assim, a pós-modernidade é passado:

[...] ao clima de epílogo segue-se uma sensação de fuga para adiante, de modernização desenfreada [...]. Tudo foi muito rápido: a coruja de Minerva anunciava o nascimento do pós-moderno no momento mesmo em que se esboçava a hipermodernização do mundo (LIPOVETSKY, 2004, p. 53).

A hipermodernidade seria, então, o fortalecimento crescente (uma “espiral hiperbólica”) de características da modernidade percebidas na solidez do “liberalismo globalizado, na mercantilização quase generalizada dos modos de vida, na exploração da razão instrumental até a ‘morte’ desta, numa individualização galopante” (LIPOVETSKY, 2004, p. 53). A palavra-chave do momento é “excesso”: excesso de informação, excesso de produtos, excesso de técnica, excesso de espetacularização.

Embora use o termo “pós-moderno” como sinônimo de “tempos modernos tardios”, “moderno final”, “tempos modernos avançados” (BAUMAN, 1999) ou “líquido-modernos” (BAUMAN, 2011), o sociólogo polonês emprega-o, por sua vez, com parcimônia. Em uma de suas várias entrevistas concedidas sobre o tema, Bauman (2004, p. 321) explica que esse cuidado deve-se à conjuntura atual da sociedade, que “ainda se mantém eminentemente moderna nas suas ambições e *modus operandi*”. A preferência de Bauman, entretanto, é para “modernidade líquida”, conceito formulado para descrever a atual fase da modernidade, em contraponto a anterior, a “modernidade sólida”. A metáfora da liquidez² melhor ilustraria a vida social em constante mudança, volátil e flexível. Bauman (2001) estabelece, por fim, duas características essenciais da modernidade líquida: um ceticismo generalizado a respeito de anteriores certezas – o

² “Como os líquidos, ela [a sociedade atual] caracteriza-se pela incapacidade de manter a forma. (...) Sem dúvida a vida moderna foi desde o início “desenraizadora”, “derretia os sólidos e profanava os sagrados”, como os jovens Marx e Engels notaram. Mas enquanto no passado isso era feito para ser novamente “reenraizado”, agora todas as coisas – empregos, relacionamentos, know-hows etc. – tendem a permanecer em fluxo, voláteis, desreguladas, flexíveis” (BAUMAN, 2004, p. 322).

progresso como meta possível, a capacidade de não se surpreender mais com o futuro, em função do conhecimento adquirido – e a uma maior individualização na sociedade.

Hall (2006), por fim, não cria polêmica em usar “modernidade tardia” para tempos pós-modernos e não cria distinção entre um e outro: enquanto anuncia, no princípio da obra, a concepção de uma identidade pós-moderna (as outras duas, anteriores, são a iluminista e a sociológica), aborda-a na mesma seção que discute a modernidade tardia, tal qual enunciada originalmente por Giddens (1991). Assim, se uma das diferenças fundamentais entre as sociedades modernas e as tradicionais é o caráter, das primeiras, “de mudança constante, rápida e permanente” (HALL, 2006, p. 14), o atual período agudiza ainda mais essa característica dos processos sociais.

Certamente é um emaranhado ardiloso de conceitos, cheio de armadilhas semânticas. De qualquer forma, parece mais consensual a ideia de que as últimas cinco décadas ofereceram bastantes novidades à modernidade e que, se uma boa dose de precaução deve ser tomada quanto aos conceitos, ignorá-los ainda é mais temeroso. Entretanto, dada a necessária discussão, esse texto tomará posição semelhante à de Bauman, isto é, evitando o conceito de “pós-modernidade” como um período, uma etapa sequencial à modernidade. Nesse sentido, o texto aproxima-se também da leitura de Hall (2006), ao considerar a pós-modernidade como similar, em seu significado, ao que se extrai de “modernidade tardia” ou “modernidade líquida”.

A questão, dessa maneira, é que a modernidade líquida traz novos elementos para a discussão da identidade. Ao considerar a possibilidade de usar o conceito de identidades líquidas, é razoável aplicá-lo também às identidades espaciais de uma forma geral? Que novidades esse instrumental teórico baumaniano disponibiliza, em termos de possibilidades conceituais, para a análise das identidades territoriais? E, ainda mais especificamente, como tratar a identidade territorial no conjunto conceitual da identidade?

Identidades territoriais

As identidades presumem um componente espacial na medida em que “estão localizadas no tempo e espaço simbólicos” (HALL, 2006, p. 71). É preciso, entretanto, que

as identidades sejam construídas via apropriação simbólica do território para, desse modo, se configurarem enquanto territoriais (HAESBAERT, 1999). Assim, embora deva se reconhecer que nem todas as identidades são territoriais, “a identidade de um povo é fundada em uma identidade territorial” (GOMES, 2012, p. 88). Na formação da identidade territorial, assume papel importante a formação da territorialidade, isto é, “a expressão de um comportamento vivido: ela engloba, ao mesmo tempo, a relação com o território e, a partir dela, a relação com o espaço ‘estrangeiro’” (BONNEMAISON, 2002, p. 107).

Para esse trabalho, território será entendido como “um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial” (SOUZA, 2002, p. 97). O território é um produto das relações humanas travadas espacialmente. Ultrapassa, portanto, tanto a clássica conceituação do território entendido na escala do Estado-Nação quanto ao frequente uso conceitual enquanto mero substrato, suporte material das relações humanas. Por essa razão, a produção e estabelecimento das identidades territoriais se distingue, muitas vezes, para além dos territórios oficialmente reconhecidos.

Haesbaert (1997), ao definir o conceito de território, reconhece três dimensões fundamentais em seu bojo: jurídico-político (o território enquanto um espaço delimitado, reconhecido e formalizado legalmente), econômico (o território enquanto materialidade das relações sociais, em sua perspectiva concreta) e cultural (o território enquanto um espaço apropriado simbolicamente). Tal distinção é meramente didática e é evidente que as dimensões entrecruzam-se e se inter-relacionam.

Por outro ângulo, Claval (1999), fazendo um balanço histórico do conceito de território, identifica três dimensões e aspectos principais: território enquanto poder e controle (numa interpretação geopolítica do termo), território como realidade social (valorizada numa abordagem crítico-marxista, especialmente) e o território mediado por símbolos e representação (bastante comum em estudos de geógrafos humanistas). Tais dimensões se aproximam, de certa maneira, da análise de Haesbaert (1997).

De qualquer maneira, é possível inferir que, para ambos, o território é constituído tanto por uma dimensão material, concreto, objetivo, quanto por outra, imaterial, subjetivo, simbólico. Assim, Haesbaert (2012, p. 95-96) reconhece que o

território “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva, ‘cultural-simbólica’”. Em função da opção metodológica, ou ancorada na Geografia Cultural, ou sustentada na Geografia Crítica, uma dimensão ou outra são privilegiadas na abordagem. Entretanto, é preciso compreender que o aspecto simbólico não está desassociado da materialidade.

Enquanto aspecto simbólico, território e territorialidade são ainda capazes de articular-se com o conceito de lugar, importante no destaque das relações íntimas travadas por um indivíduo ou uma coletividade com o espaço geográfico, uma vez que “é uma das formas de manifestação do território” (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 44). Converte para essa posição Holzer (1997, p. 84): como o território é composto por lugares, ao se proceder a “ investigação dos modos intersubjetivos dessa constituição, estaremos proporcionando a tarefa de fazermos uma geografia voltada para sua essência, a do estudo do espaço geográfico”. Em Santos (1999, p. 8), essa aproximação fica ainda mais clara: “O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”.

Daí que, ao se discutir as identidades territoriais, torna-se também necessário compreender os processos psicossociais de formação da identidade para os quais, na territorialização, o conceito de lugar tem importante papel. O imaginário, as subjetividades, a memória, são invocados para sustentar uma identidade que ao mesmo tempo é coletiva e individual. De todo modo, essas identidades, ao se ancorarem no espaço, trazem um conteúdo geográfico para sua constituição. A identidade “é simultaneamente uma forma de relação social e uma forma de representação social que resulta em um certo tipo de territorialidade” (GOMES, 2012, p. 118). Assim, quando se faz uso da identidade territorial, manifesta-se o sentimento de pertencimento àquele espaço geográfico (HAESBAERT, 1999).

Como qualquer outra identidade, a identidade territorial não é uma entidade coesa e harmônica, mas constituída de franca tensão, em que sentidos são negociados continuamente. O tensionamento, entretanto, aumentou nas últimas décadas. Se, por

um lado, a globalização tem favorecido as trocas culturais (mesmo assimétricas) por meio do intenso fluxo de informação, a mobilidade humana alcançou números nunca atingidos antes na história. A migração tornou-se um perigo para a solidez das identidades. As políticas de controle de migração fortaleceram-se e a xenofobia tornou-se fenômeno recorrente em países e regiões atraentes ao fluxo migratório. Na modernidade líquida, as identidades territoriais são tomadas pela fluidez, não obstante, e ao mesmo tempo, em que buscam tornarem-se mais coesas, mais sólidas. Evidentemente, aqui se refere de forma mais apropriada ao Estado-Nação, a identidade territorial mais comumente lembrada, todavia se aplicando também em outras escalas, como regiões e cidades (HAESBART, 2007).

Identidades territoriais urbanas

Em um mundo paulatinamente mais urbanizado, as metrópoles tornam-se um desafio para a sociabilidade humana ao possibilitar formas heterogêneas de vivências, expressando “diferentes modos de relacionamento e interação com a realidade, assim como múltiplos pertencimentos e identidades simultâneas” (VELHO, 2010, p. 16). Justifica-se, com isso o fato de se reconhecer, nas grandes cidades, sua característica cosmopolita.

Como sublinha Fischer (2011), o cosmopolitismo encerra, na sua origem etimológica, a dialética entre o provinciano (polis) e o universal (cosmo). Em uma metrópole, portanto, há diferentes graus de cosmopolitismo, até porque sua existência está intimamente ligada ao provincianismo. Beck (2006, p. 7) ressalta, por exemplo, que entre os princípios do cosmopolitismo está o entendimento de que “as culturas e tradições locais, nacionais, étnicas, religiosas e cosmopolitas se interpenetram, se interligam e se misturam”³, de modo que “o cosmopolitismo sem o provincianismo é vazio, o provincianismo sem o cosmopolitismo é cego”⁴.

³ “local, national, ethnic, religious and cosmopolitan cultures and traditions interpenetrate, interconnect and intermingle”.

⁴ “cosmopolitanism without provincialism is empty, provincialism without cosmopolitanism is blind”.

Em crescente processo de fragmentação, as cidades tornam-se, gradualmente, obrigadas a lidar com as dificuldades do cosmopolitismo. Grupos de afinidades se territorializam, organizando microidentidades por todo o tecido urbano. É o processo reconhecido por Maffesoli (2010, p. 35) como tribalismo: “tudo serve para celebrar um estar junto cujo fundamento é menos a razão universal do que a emoção compartilhada, o sentimento de fazer parte”. Dessa forma, “uma parte da cidade é assim virtualmente ocupada por uma dinâmica tribal, que funda sobre o espaço público uma ideia de território identitário fechado e exclusivo” (GOMES, 2012, p. 182).

Nesse sentido, quanto mais as microidentidades são fortalecidas, mais fraturada fica a identidade urbana. Às identidades urbanas nativas são adicionadas novas características externas, trazidas pelos migrantes, que delas se servem para, em síntese, produzir novas identidades. Desta feita, as metrópoles comportam diferentes “identidades”. De imediato, faz lembrar a reveladora afirmação de Maalouf (1999, p. 12), consciente de ser portador de várias tradições culturais: “não é que eu tenha várias identidades: tenho somente uma, produto de todos os elementos que a configuram”⁵. Temos aqui um exemplo interessante, portanto, da caracterização de uma identidade na modernidade tardia, ou, a seguir o exemplo do pensamento baumaniano, uma “identidade líquida”.

Considerações finais

O sentimento de pertencimento é a espinha dorsal da formação da identidade territorial. Não basta, portanto, uma certidão de nascimento ou o “coabitar um espaço [...], mas sim a significação que essa contiguidade espacial ganha dentro de um contexto específico” (GOMES, 2012, p. 119). É necessário que o espaço faça parte do cotidiano do indivíduo, instalando-se em estados topofílicos⁶. Tais estados são manifestação de

⁵ “no es que tenga varias identidades: tengo solamente una, producto de todos los elementos que la han configurado”.

⁶ Topofilia é o “elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 2012, p. 19).

familiaridade, de afeição ao espaço, de modo a enlaçar intimamente os sujeitos aos seus respectivos ambientes. Espaço e tempo se concatenam.

Mobilizadas pelos avanços da técnica e consequente aumento de fluxos (informações, pessoas, mercadorias), as reordenações territoriais implicam, inexoravelmente, em impactos sociais. As identidades não ficam incólumes a esse processo. Pelo contrário: acirra sua notável fluidez em função das disputas em seu interior agudizarem-se também.

A crise da modernidade tem provocado ainda uma nova perspectiva conceitual para a identidade. Posta na modernidade em bases sólidas e seguras, a identidade viu-se atacada por diversos flancos: ora é questionada por antigas tradições, ora é ameaçada pela hostilidade ao “outro” que invade suas fronteiras.

A versão essencialista, do sujeito iluminista, é insustentável nas condições apresentadas pela vida contemporânea. Do ponto de vista conceitual, é obsolescente e, em tese, de progressiva irrelevância; afinal, nos tempos atuais impera a instabilidade e as fronteiras, pelo menos aparentemente, perdem a nitidez. Contudo, o ressurgimento, no cenário global, de políticas pautadas no nacional-conservadorismo reabilitando patriotismos tóxicos, ao mesmo tempo em que se observa o fortalecimento da xenofobia e da intolerância ao outro, sugere movimento contrário. A identidade essencialista, mito responsável por desastrosos eventos genocidas já registrados na história mundial, mostra-se em processo de tonificação.

Sob a camada do enfraquecimento identitário aparente está, na verdade, sua revitalização, agora reconstruída em bases cada vez mais híbridas. Hibridez que, como demonstra Massey (2012, p. 106), é uma característica essencial das trocas culturais, uma vez que “nem sociedade nem lugares⁷ são vistos como tendo qualquer autenticidade atemporal. Eles são e sempre foram interconectados e dinâmicos”. É, portanto, a re colocação do espaço no debate identitário, acompanhando a intensa “virada espacial” (SOJA, 2013; HARVEY, 2012) nas ciências sociais nas últimas décadas.

⁷ Para Massey (2012, p. 202), lugar é “onde as narrativas espaciais se encontram”. É o “aqui” e o “agora”; porém, ambos se conectam simultaneamente, como um nó, a outras espacialidades e temporalidades. Opõe-se, portanto, a concepção de “lugar” enquanto portadora de uma essencialidade, tal qual vista em Tuan (2012), e percebida, pela geógrafa inglesa, como conservadora, reacionária e ingenuamente romântica (MASSEY, 2000).

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo. Lisboa: Edições 70, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. Entrevista a Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke. **Tempo Social**, v. 16, n. 1, p. 301-325, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **44 cartas do mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BECK, Ulrich. **The Cosmopolitan Vision**. Malden: Polity, 2006.
- BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia cultural: um século**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002. p. 83-131.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **GEOgraphia**, Niterói, UFF, ano I, n. 2, p. 7-26, 1999.
- DUBAR, Claude. **A crise das identidades**. A interpretação de uma mutação. Porto: Afrontamento, 2006.
- FISCHER, Michael. **Futuros antropológicos**: redefinindo a cultura na era tecnológica. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana**. Ensaios de geopolítica da cidade. 4. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2012.
- HAESBAERT, Rogerio. **Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.
- HAESBAERT, Rogerio Identidades territoriais. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1999. p. 169-190.
- HAESBAERT, Rogerio Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO,

Frederico G. B. de; HAESBAERT, Rogerio. (Orgs.) Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

HAESBAERT, Rogerio **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HAESBAERT, Rogerio; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Etc: Espaço, Tempo e Crítica**, Niterói, UFF, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago de 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. da (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 7-72.

HARVEY, David. Espaço como palavra-chave. **Revista GEOgraphia**, Rio de Janeiro, UFF, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território** (Rio de Janeiro), ano III, n.3, p.77-85, 1997.

LASH, Scott; FRIEDMAN, Jonathan. Introduction: subjectivity and modernity's Other. In: LASH, Scott; FRIEDMAN, Jonathan . (org.). **Modernity and Identity**. Oxford: Blackwell, 1992. p. 1-30.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MAALOUF, Amin. **Identidades asesinas**. Madri: Alianza Editorial, 1999.

MAFFESOLI, Michel. **Saturação**. São Paulo: Iluminuras, 2010.

MAFFESOLI, Michel. Pós-modernidade. **Comunicação e sociedade**, v. 18, 2011, p. 21-25.

MASSEY, Doreen. Um sentido Global de Lugar. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas, São Paulo. Papyrus: 2000. p.176-185.

MAFFESOLI, Michel. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

PETROV, Vanessa. **A problemática da identidade cultural em Um Rio chamado Tempo, Uma Casa chamada Terra, de Mia Couto, e Le Ventre de l'Atlantique, de Fatou Diome**. Lisboa: CLEPUL, 2014.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. A construção de identidades e a política de representação. In: FERREIRA, Lúcia M.A.; ORRICO, Evelyn G. D.. (Org.). **Linguagem, Identidade e Memória Social**. Rio de Janeiro, RJ: DP & A, 2002. p. 77-88.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil 2**: De Calmon a Bomfim. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? (Conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março de 1882). **Revista Aulas**, Campinas, n. 1, p. 1-21, 2006. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2014.

SANTOS, Milton. O Dinheiro e o território. **Geographia**. Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF. Ano 1, No. 1. 1999. pp. 7-13.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da igualdade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 73-102.

SOJA, Edward. Para além de Postmetropolis. **Revista UFMG**, v. 20, p. 137-167, 2013.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Org). **Geografia: Conceitos e temas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 77-116.

TUAN, Yu-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. 2. ed. Londrina: Ed. UEL, 2012.

VELHO, Gilberto. MetrÓpole, cosmopolitismo e mediação. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 16, n. 33, p. 15-23, Jun, 2010 .

WOODWARD, Kathrin. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitua. In: SILVA, T. T. da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 7-72.

Juliano Rosa Gonçalves – Graduado em Geografia (UFG), Mestre em Geografia (PUC-SP) e Doutor em Geografia (UnB). Docente no Instituto Federal de Brasília (IFB).

Marilia Luiza Peluso – Graduada em Geografia (UFSC), Mestre em Arquitetura e Urbanismo (UnB) e Doutora em Psicologia Social (PUC-SP). Docente no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB.

Recebido para publicação em 21 de julho de 2021.

Aceito para publicação em 15 de novembro de 2021.

Publicado em 17 de novembro de 2021.